



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA  
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108  
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – AS PESSOAS JURÍDICAS PÚBLICO  
ESTRANGEIRO, RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE,  
DESTINADOS AO USO DE MISSÃO DIPLOMÁTICA OU CONSULAR**

**Formulário XIX**

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

\_\_\_\_\_, pessoa jurídica  
de direito público internacional, localizado à  
rua/av \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_  
conjunto \_\_\_\_\_ bloco \_\_\_\_\_ Qd. \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_  
fone \_\_\_\_\_ celular \_\_\_\_\_, nos termos do artigo 36, II, da Lei  
Complementar nº. 199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DO  
IPTU – AS PESSOAS JURÍDICAS PÚBLICO ESTRANGEIRO,  
RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE, DESTINADOS AO  
USO DE MISSÃO DIPLOMÁTICA OU CONSULAR**, vem requerer, respeitosamente a  
V. Sr.<sup>a</sup>, se digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Contribuinte ou Representante Legal  
Prova de Identidade Civil

## ➤ Documentos Necessários

### **XIX. NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – AS PESSOAS JURÍDICAS PÚBLICO ESTRANGEIRO, RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS DE SUA PROPRIEDADE, DESTINADOS AO USO DE MISSÃO DIPLOMÁTICA OU CONSULAR – art. 36, II da LC 199/04:**

- a) Requerimento específico;
- b) Taxa de abertura de processo, devidamente paga;
- c) Carta (de chancelaria, de gabinete, autógrafas);
- d) Documento comprobatório da propriedade do imóvel;
- e) Prova de identidade civil

#### ➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

**O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.**